



Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CDEMP

1 Aos 10 (dez) dias do mês de fevereiro de 2011, no auditório do Memorial dos
2 Autonomistas, localizado na Av. Getúlio Vargas, nº 309, cidade de Rio Branco,
3 Estado do Acre, sob a Presidência do Promotor de Justiça Danilo Lovisaro do
4 Nascimento, e com a presença dos Doutores: Sérgio Dário Machado,
5 Coordenador do CEAF/ES, Vice-Presidente do CDEMP, Vera Nilva A. Rocha,
6 Coordenadora do CESA/TO; Mario Luiz Sarrubbo, Coordenador do CEAF-
7 ESMP/SP; Ilaine Aparecida Pagliarini, Coordenadora do CEAF/RR; Samia S.
8 G. Bonavides, Coordenadora do CEAF/PR; Kátia Rejane M. L. Lucena,
9 Coordenadora do CEAF/PB; Izabel Cristina S. Salomão, Coordenadora do
10 ESMP/ES; Nasser Abrahim Nasser Neto, Coordenador do CEAF/AM; Maria do
11 Socorro Milhomem Monteiro, Coordenadora do CEAF/AP e na condição de
12 convidado o Dr. Maurício Kalache, ex-Presidente do CDEMP, reuniu-se o
13 Colégio de Diretores de Escolas e CEAFs dos Ministérios Públicos do Brasil
14 (CDEMP), com a seguinte pauta apresentada antes da reunião: **Dia 10/02 –**
15 **Local:** Memorial dos Autonomistas – Rio Branco/AC 09h às 10h – Abertura com
16 a presença do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Acre, Dr. Sammy
17 Barbosa Lopes, do Presidente da Associação do Ministério Público do Estado
18 do Acre, Dr. Ricardo Coelho de Carvalho e da Diretora da Escola Superior da
19 Magistratura do Estado do Acre, Desembargadora Eva Evangelista de Souza
20 Araujo 10h às 10h30min – Intervalo. 10h30min às 12h – Reunião com os
21 Conselheiros do CNMP. Tema: estágio supervisionado, atividade jurídica e
22 vitaliciamento de membros. 12h às 14h – Almoço. Na sequência, à tarde: **Local:**
23 FEMPAC 14h às 15h30min – Palestra do Dr. Cloves Augusto Cabral – Juiz de
24 Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Rio Branco e Professor da ESMAC
25 e da FIRB/FAAO. Tema: O papel da ENFAM no processo de recrutamento de
26 novos membros da Magistratura, confirmação na carreira, progressão meritória
27 e educação continuada. 15h30min às 16h – Intervalo. Das 16h às 17h30min
28 Assuntos gerais, Comunicação. Aprovação da Ata da 6ª Reunião. Debate
29 sobre a moção do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público sobre
30 a criação de uma Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento do
31 Ministério Público. 17:30h – Encerramento. Na sequência, 19 h – Solenidade de
32 Posse da nova Diretoria. **Local:** Teatro Plácido de Castro **Dia 11/02 - Local:**
33 FEMPAC 09h as 10h. – Debate sobre os temas estágio supervisionado e
34 atividade jurídica. 10h às 10h30min – Intervalo. 10h à 12h30min – Debate
35 sobre o Parecer CNE/CES nº. 267/2010 (Normas transitórias para o
36 credenciamento especial de instituições não educacionais, nas modalidades
37 presencial e à distância, para a oferta de cursos de especialização). Debate
38 sobre a inserção da disciplina Direito Sanitário nos cursos de formação.
39 Proposta de Seminário Nacional organizado pelo CDEMP. 12h às 14h, –
40 Almoço. 14h às 16h – Fala do Dr. Sérgio Dário sobre o CDEMP. Definição de
41 diretrizes para a gestão de 2011. Assuntos gerais. Comunicações. Sugestões
42 de pauta para a próxima reunião. 16h – Encerramento. A reunião ordinária foi
43 instalada às 9h35min sob a presidência do Dr. Danilo Lovisaro do Nascimento
44 e este informou que por sugestão do Vice-Presidente Sérgio Dário Machado,
45 na ausência justificada da Secretária-Geral, foi indicado o Vice-Diretor da
46 Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado do Acre (FEMPAC),
47 Dr. Vinícius Menandro Evangelista de Souza, para secretaria os trabalhos,
48 especialmente colaborando na elaboração da Ata destes trabalhos. Após a
49 composição da mesa, formada pelo Presidente do CDEMP, Danilo Lovisaro do
50 Nascimento; Procurador-Geral de Justiça do Estado do Acre, Sammy Barbosa



Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil

51 Lopes; Diretora da Escola Superior da Magistratura do Estado do Acre,
52 Desembargadora Eva Evangelista de Araújo Souza; Presidente da Associação
53 do Ministério Público do Estado do Acre, Promotor de Justiça Ricardo Coelho
54 de Carvalho; e ex-Presidente do CDEMP, Promotor de Justiça Maurício
55 Kalache, o Presidente do CDEMP saudou os presentes, concedendo a palavra
56 ao Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Acre,
57 Sammy Barbosa Lopes que deu as boas vindas a todos. Em prosseguimento, o
58 Presidente do CDEMP transmitiu a palavra ao Presidente da AMPAC, Ricardo
59 Coelho de Carvalho, que registrou a satisfação de receber os membros do
60 CDEMP no Estado do Acre. Ato contínuo, o Presidente do CDEMP concedeu
61 a palavra ao ex-Presidente do CDEMP, Maurício Kalache. Em seguida, o
62 Presidente do CDEMP solicitou que fosse desfeita a mesa, permanecendo
63 somente a Desembargadora Eva Evangelista para a realização de sua
64 palestra. Após a apresentação do breve currículo da expositora, a Diretora da
65 Escola Superior da Magistratura do Estado do Acre (ESMAC),
66 Desembargadora Eva Evangelista, passou a proferir sua palestra sobre com o
67 seguinte tema: “O papel da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento
68 de Magistrados (ENFAM) na formação dos magistrados”. Encerrada a palestra,
69 o Presidente do CDEMP oportunizou a formulação de perguntas à palestrante.
70 O Dr. Sérgio Dário (Vice-Presidente do CDEMP) indagou à palestrante o
71 método de controle de frequência aplicado aos magistrados nos cursos
72 promovidos pela ESMAC, solicitando, ainda, a disponibilização dos slides da
73 palestra. Por sua vez, a Dra. Maria do Socorro Milhomen, Diretora do
74 CEAF/AP, elogiou a palestra, mencionando a experiência da Justiça Itinerante
75 no seu Estado, que leva cidadania aos ribeirinhos. A palestrante passou a
76 responder às perguntas formuladas, discorrendo que no Estado do Acre
77 existem o Projeto Cidadão e a Justiça Comunitária que têm objetivo
78 semelhante à Justiça Itinerante do Amapá, porém, com uma abrangência mais
79 restrita. No que pertine ao controle de frequência dos cursos da ESMAC,
80 esclareceu a palestrante que mantém no local folha de frequência dos juizes,
81 que permanece à disposição até 15 minutos após o início do curso, sendo
82 novamente repassada no final de cada período, visando aferir a frequência dos
83 magistrados. Informou, ainda, que existe estudos para a implementação de
84 controle eletrônico. Ato contínuo, o Diretor do CEAF/AM, Nasser Abraham
85 Nasser Neto, relatou que somente na atualidade é que o Ministério Público
86 amazonense encontra-se em vias de implantação da Escola Superior,
87 mencionando que veio a este encontro justamente para troca de experiência no
88 assunto. A Diretora da ESMAC salientou o desafio que o Promotor de Justiça
89 do Estado do Amazonas enfrentará para a instituição da Escola, comentando
90 que na existência da ESMAC houve momentos de retrocesso, porém, na
91 atualidade, encontra-se em franco avanço. Finalizados os debates às 11 h, o
92 Presidente do CDEMP agradeceu a palestrante, anunciando o momento do
93 intervalo. Os trabalhos foram retomados às 11h40min na sede da Fundação
94 Escola Superior do Ministério Público do Estado do Acre, localizada na Rua
95 Venezuela, nº 648, Rio Branco-AC. De início, o Presidente do CDEMP, Dr.
96 Danilo Lovisaro, apresentou ao Colegiado o Vice-Diretor da FEMPAC, o
97 Promotor de Justiça Vinicius Menandro Evangelista de Souza, que, por
98 delegação do Vice-Presidente do CDEMP, passou a secretariar os trabalhos
99 desta reunião. Em seguida, o Presidente passou a palavra ao Vice-Presidente,
100 Dr. Sérgio Dário, para sua exposição quanto à apresentação das diretrizes do
101 plano de trabalho para a gestão 2011. Com a palavra o d. Dirigente pediu ao
102 Colegiado autorização para criar e divulgar um grupo de emails com todos os



Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil

103 coordenadores, objetivando facilitar o diálogo com todos os membros do
104 CDEMP e, para isso, solicitou autorização para entrar em contato com todos
105 eles, o que foi concedido pelo plenário. Pelo expositor foi dito que concluiria a
106 tarefa até final do mês de março/2011. Ainda com a palavra, o Dr. Sérgio Dário
107 sugeriu a elaboração de uma agenda nacional de eventos que seria sediada no
108 site do CDEMP, centralizando todos os eventos promovidos pelos Ministérios
109 Públicos do Brasil e deveria ser consultada por todos os Dirigentes de Centro
110 e/ou Escolas antes de marcar evento em seu Estado, para evitar tanto a
111 repetição de temas como a coincidência de datas entre as escolas, dificultando
112 ou impossibilitando o comparecimento de muitos interessados. A proposição foi
113 acolhida à unanimidade e também autorizada a solicitação de calendário das
114 escolas para a realização deste trabalho e, após a compilação, a
115 disponibilização no site do CDEMP. Ficou definido, também, a possibilidade de
116 que os CEAFs já encaminhem por e-mail o calendário de eventos, tanto do
117 CEAF quanto das Escolas, se for o caso, para Giovani Tiussi Broseghini,
118 Assessor do Dr. Sérgio Dário, para o e-mail: gbroseghini@mpes.gov.br e/ou
119 ceaf@mpes.gov.br e/ou smachado@mpes.gov.br Foi indicado, pelo Dr. Sérgio
120 Dário, o mês de abril/2011 para término deste trabalho.. Ainda com a palavra, o
121 Dr. Sérgio Dário propôs a alteração do Estatuto do CDEMP, mediante ampla
122 discussão com os membros deste colegiado, o que restou aprovado à
123 unanimidade, ficando previsto o encaminhamento de cópia dos Estatutos, para
124 análise e o encerramento do trabalho para junho do ano corrente. Além disso,
125 salientou, iria propor a elaboração de Regimento Interno para balizar as
126 atividades do Colégio de Diretores, mas lhe chegou às mãos em reunião
127 administrativa com o Ex-presidente e o atual, do CDEMP, uma cópia de
128 Regimento já existente, e que poderá ser analisada em outra oportunidade. O
129 Dr. Sérgio Dário apresentou ao Colegiado o trabalho que está empreendendo
130 com a finalidade de catalogar as atas de todas as reuniões do CDEMP com a
131 elaboração de índices para cada uma delas e outro índice geral, com a
132 temática e as ocorrências de todas as reuniões, o que está em fase de
133 conclusão. Mostrou, em Power point, o trabalho que acabara de concluir.
134 Encerrou dizendo que aguardava sugestões para retificação dos índices, se for
135 o caso. O Dr. Maurício Kalache afiançou a importância do resgate histórico do
136 CDEMP. O Dr. Sérgio Dário observou a necessidade de os membros do
137 CDEMP de cada Estado procederem ao levantamento de documentação
138 relativa à história do Colegiado, solicitando o encaminhamento para ele por e-
139 mail. O Presidente do Colégio informou que a partir desta gestão pretende
140 instituir livro oficial de termo de posse. O Dr. Sérgio Dário prosseguiu sua fala
141 destacando a importância da apresentação de um plano para formação
142 comissões, ou reativação das existentes, para tratar de forma conclusiva, as
143 matérias com temas específicas já tratados no CDEMP, para apresentação de
144 propostas em nível nacional, por exemplo, visando a inclusão de disciplinas de
145 formação humanística no concurso de ingresso para o MP, programação
146 comum para treinamento básico de membros e servidores, e outras para
147 vitaliciamento, ou estágio. Neste sentido, sugeriu a formação de comissões
148 para o estudo e discussão de temas para posterior apresentação em plenária.
149 A proposta foi acatada à unanimidade, devendo a cada reunião, ser concluído
150 um tema. O Presidente do CDEMP, externando que a experiência de formação
151 de comissões não foi muito exitosa anteriormente, sugeriu que as discussões
152 fossem feitas em plenário com a indicação de um relator para a compilação das
153 ideias. O Dr. Sérgio Dário anuiu à sugestão do Presidente do CDEMP,
154 encerrando sua intervenção aguardando a indicação de temas para serem



Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil

155 tratados na próxima reunião. O Presidente do CDEMP elogiou o trabalho de
156 compilação das atas e dos índices, realizado pelo Dr. Sérgio Dário em tão curto
157 espaço de tempo. Em seguida, o Presidente do CDEMP submeteu à discussão
158 e aprovação a Ata da 6ª Sessão Ordinária do CDEMP. A ata foi aprovada com
159 a alteração encaminhada pelo Dr. Sérgio Dário e inserção do nome da Dra.
160 Patrícia Pimentel de Oliveira Chambers Ramos na relação de presentes. A
161 reunião foi encerrada no período matutino às 12h20min. Retomados os
162 trabalhos às 14h35min. O Presidente do CDEMP informou ao Colegiado que o
163 Juiz de Direito Cloves Augusto Cabral Ihe telefonou noticiando sua
164 impossibilidade, por motivos de saúde, de proferir sua palestra agendada para
165 este período vespertino, versando sobre o tema: “O papel da ENFAM no
166 processo de recrutamento de novos membros da Magistratura, confirmação na
167 carreira, progressão meritória e educação continuada”. Em substituição, foi
168 concedida a palavra à Dra. Izabel Cristina Salvador Salomão, Diretora da
169 Escola do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, que expôs caso
170 específico quanto à proliferação de instituições de assistência a idosos em
171 situação de irregularidade. Observou que os arts. 56 a 58 do Estatuto do Idoso,
172 que cuidam das infrações administrativas, não estipulam qual autoridade
173 específica que detém competência para aplicação de tais penalidades. Disse
174 que realizou consulta junto às escolas sobre tal temática, não obtendo resposta
175 precisa acerca da questão. Após minucioso estudo, concluiu que compete à
176 autoridade municipal a aplicação das sanções administrativas. Nesse contexto,
177 escreveu artigo tratando do tema e resolveu trazer a discussão à baila neste
178 colegiado com o intuito de disseminar o entendimento quanto à atribuição da
179 autoridade administrativa para aplicar tais sanções, objetivando principalmente
180 escapar da morosidade do Poder Judiciário. Discutiram-se estratégias quanto à
181 divulgação do artigo científico, visando debater o assunto em conformidade ao
182 Ministério Público resolutivo. O Promotor de Justiça Mário Luiz Sarrubbo,
183 Coordenador do CEAF do MP-SP, colocou à disposição a publicação do artigo
184 em uma revista trimestral do MPSP. Na mesma linha, a Dra. Vera Nilva Rocha
185 declarou que divulgará o artigo na revista do MPTO. Além disso, o Presidente
186 do CDEMP afirmou que divulgará o artigo no sítio oficial do CDEMP, sem
187 prejuízo de que os Diretores das Escolas envidem esforços no sentido de
188 propalar a divulgação do artigo intitulado: “Infrações administrativas, Poder
189 Executivo e Estatuto do Idoso”, no âmbito de cada Ministério Público. Em
190 seguida foi colocado em pauta o tópico referente à organização de um
191 seminário nacional realizado pelo CDEMP. Neste ponto, o Presidente do
192 CDEMP informou que, anteriormente, recebeu e-mail da colega Zulene
193 Norberto suscitando a proposição, tendo o Presidente acatado o
194 encaminhamento a título de inclusão em pauta para debate. O Dr. Maurício
195 Kalache sugeriu que o evento não seja realizado do modo tradicional, devendo
196 ter por objeto específico o ensino de Direito nas Escolas, a formação
197 continuada no âmbito do Ministério Público e a metodologia para tal fim. Em
198 suma, o Dr. Maurício Kalache sugeriu a necessidade de discussão da
199 aplicação de uma didática do ensino jurídico em sede de ensino continuado
200 para conferir produtividade e motivação ao aperfeiçoamento profissional. Desta
201 forma, propõe a necessidade de discussão do ensino no âmbito do Ministério
202 Público e a publicação de artigo sobre o tema. O Presidente do CDEMP
203 afirmou ter sido bastante oportuna a intervenção do Dr. Maurício Kalache,
204 sugerindo que a discussão do ensino jurídico no Ministério Público seja
205 realizada no âmbito do Congresso Nacional do Ministério Público. Por sua vez,
206 a Dra. Sâmia Bonavides declarou que apresentou trabalho perante o



Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil

207 Congresso Nacional do Ministério Público versando sobre o modo de
208 recrutamento e vitaliciamento dos membros do Ministério Público, porém assim
209 procedeu de forma isolada, sugerindo que esta defesa seja coletivizada pelos
210 membros do CDEMP. Quanto à metodologia, sustenta que deve ser repensado
211 o modelo de aula expositiva para o ensino continuado. Defende que se for
212 realizado seminário, que haja a participação dos coordenadores pedagógicos,
213 Diretores das Escolas etc., de modo a ampliar o debate. O Dr. Mário Sarrubbo
214 expôs que assumiu recentemente a Coordenação do CEAF-ESMP/SP, já
215 podendo perceber que, ao longo dos anos, houve um desvirtuamento das
216 Escolas do Ministério Público, pois entende que as escolas devem ser de
217 ensino do Ministério Público e não somente de ensino preparatório para
218 concurso. Desta sorte, à frente da coordenação, pretende densificar uma
219 doutrina institucional de Ministério Público. Nesse aspecto, anui com a proposta
220 de seminário do Dr. Maurício Kalache para o debate desse assunto. O Dr.
221 Nasser Abrahim Nasser Neto externou sua opinião quanto à pertinência da
222 interlocução das Escolas do Ministério Público com a Universidade, uma vez
223 que o estudo de base encontra-se nos bancos acadêmicos. A Dra. Izabel
224 Salomão acrescentou a necessidade de sensibilizar as instituições quanto à
225 necessidade de valorização do Promotor de Justiça professor, o que poderia
226 ser uma bandeira do CDEMP. O Dr. Nasser indagou quanto à disponibilização
227 de espaço neste colegiado para a discussão da relação dos Ministérios
228 Públicos com o CNMP. O Presidente do CDEMP informou que pode haver tal
229 incursão caso haja relação de pertinência temática. Após os debates, restou
230 definida a pertinência da realização do seminário nacional, ficando acertado
231 que na próxima reunião do CDEMP sejam apresentados tópicos para
232 discussão no seminário, bem como nome de palestrantes. O Presidente do
233 CDEMP solicitou ao Dr. Mário Sarrubbo a indicação de nome para falar sobre o
234 ensino à distância, dada a experiência no Ministério Público do São Paulo
235 neste aspecto. O Presidente do CDEMP se comprometeu a sugerir o nome de
236 profissional para falar sobre a metodologia de estudo de casos. A Dra. Izabel
237 Cristina solicitou o fornecimento de cópia da relação dos e-mails dos membros
238 do Colegiado, o que foi acatado. Após, o Presidente do CDEMP apresentou
239 proposição no sentido de estimular a apresentação de trabalhos no Congresso
240 Nacional do Ministério Público relacionados aos eixos temáticos discutidos pelo
241 CDEMP: ingresso, estágio, formação continuada, treinamento de servidores,
242 ensino, entre outros. O Dr. Mário Sarrubbo justificou sua ausência aos
243 trabalhos agendados para o dia 11 de fevereiro, agradecendo pelo convite e se
244 colocando à disposição. O Presidente do CDEMP agradeceu a presença do Dr.
245 Mário Sarrubbo. A Dra. Izabel Salomão parabenizou o Presidente e o Vice pela
246 assunção aos cargos. Por fim, exibiu-se em projeção a lista de e-mails dos
247 membros do CDEMP presente à reunião para conferência. Os trabalhos foram
248 encerrados às 16h. Às 19 h os membros do Colegiado se reuniram no Teatro
249 Plácido de Castro, em Rio Branco-AC, para a solenidade de posse da nova
250 Diretoria do CDEMP. Deu-se início aos trabalhos com a composição da mesa
251 sob a presidência do Dr. Maurício Kalache. Integraram a mesa o
252 Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça do Estado do Acre, Dr. Sammy
253 Barbosa Lopes; o Excelentíssimo Promotor de Justiça Ricardo Coelho de
254 Carvalho, Presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Acre
255 (AMPAC); o Excelentíssimo Desembargador Samoel Evangelista,
256 representando o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre; o
257 Excelentíssimo Procurador-Adjunto do Estado, Dr. Rodrigo Fernandes das
258 Neves, representando o Governador; o Excelentíssimo Conselheiro Ronald



Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil

259 Polanco Ribeiro, Presidente do Tribunal de Contas Estadual; o Presidente
260 eleito, Dr. Danilo Lovisaro do Nascimento e o novo Vice-Presidente eleito, Dr.
261 Sérgio Dário Machado. Uma vez composta a mesa o Presidente da sessão
262 solene de posse declarou abertos os trabalhos e, em seguida, foi entoado o
263 hino nacional. Ato contínuo, o Presidente determinou que fossem colhidas, no
264 livro próprio, as assinaturas do Presidente e do Vice-Presidente eleitos para o
265 mandato de 2011. Na sequência, foram declarados empossados, o Dr. Danilo
266 Lovisaro do Nascimento como Presidente e o Dr. Sérgio Dário Machado como
267 Vice-Presidente. Ausente a Secretária-Geral eleita, Dra. Patrícia Pimentel de
268 Oliveira Chambers Ramos, por motivo justificado. A presidência dos trabalhos
269 foi assumida pelo Presidente empossado que após breves agradecimentos
270 transmitiu a palavra ao Excelentíssimo Promotor de Justiça Ricardo Coelho de
271 Carvalho, Presidente da AMPAC, que proferiu discurso de felicitação à nova
272 diretoria. A palavra foi transmitida ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do
273 Acre, Dr. Sammy Barbosa Lopes, que fez a saudação aos presentes e ao
274 colegiado e, em seguida, parabenizou a nova diretoria. A mesa foi desfeita,
275 permanecendo apenas o Presidente e o Vice-Presidente. Em seguida, o
276 Presidente eleito proferiu seu discurso de posse, a seguir transcrito: “É com
277 grande satisfação e elevada honra que hoje me encontro neste Teatro para
278 receber a transmissão do cargo de Presidente do Colégio de Diretores de
279 Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil – CDEMP. Graças ao esforço e
280 abnegação dos colegas que me antecederam, o CDEMP, nascido de um sonho
281 de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos, que primeiro se reuniram em
282 1997, hoje já é uma realidade. Atualmente o CDEMP congrega 42 Escolas de
283 Ministério Público no Brasil. Cada diretor, que teve assento no CDEMP ao
284 longo desses últimos 14 anos, prestou valorosas contribuições, que serviram
285 para consolidar o Colegiado em plano nacional e, conseqüentemente,
286 fortalecer o Ministério Público brasileiro. O CDEMP é o local propício para a
287 discussão, em alto nível, de questões relacionadas ao processo de seleção de
288 membros para ingresso na carreira, curso de vitaliciamento e aperfeiçoamento
289 profissional. O recrutamento e a formação do Promotor de Justiça são temas
290 recorrentes, que sempre são invocados em debate no nosso Colegiado. Deve-
291 se deixar frisado que os cursos de graduação em Direito não irão preparar o
292 profissional que o Ministério Público necessita. Há muito espaço para a
293 melhoria dos currículos dos cursos de Direito, mas a generalidade do
294 bacharelado jamais poderá fornecer o especialista que almejado pelo Ministério
295 Público. Acredito, inclusive, que sequer seja este o papel da faculdade. A
296 crítica ao ensino do Direito, entretanto, é válida, pois a visão
297 compartimentalizada, atualmente vigente na academia, é um erro. Nessa
298 esteira de pensamento, Paulo Roney, ao tecer considerações sobre o
299 pensamento jurídico complexo, pontuou sobre o ensino jurídico o seguinte: “A
300 fragmentação leva à decomposição, à desestruturação, perdendo-se a noção
301 de unidade. O modelo analítico prioriza o atomismo, em detrimento do holismo,
302 que não reconhece as fronteiras estabelecidas pela ciência”.¹ Logo, em uma
303 ciência jurídica moldada a partir de um pensamento complexo não se pode
304 admitir o monopólio de qualquer ramo do saber ou definição de fronteiras para
305 o conhecimento.² Edgar Morin se refere ao momento atual como a “era

¹ FAGÚNDEZ, Paulo Roney Ávila. **O direito e a hipercomplexidade**. São Paulo: LTr., 2003. p. 24.

² MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2006, p. 51.



Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil

306 planetária”,³ na qual cada vez mais as pessoas são chamadas a enfrentar os
307 desafios da complexidade. Assim, se a sociedade é complexa, e não é difícil se
308 chegar a essa constatação, que se torna mais evidente a cada momento, o
309 paradigma cartesiano, que atua dentro de uma lógica racional, impondo a
310 fragmentação do conhecimento, não tem mais serventia para a compreensão
311 da realidade de uma “era planetária”, em que a interação entre diversos
312 fatores, sejam eles econômicos, sociais, culturais, políticos, ecológicos,
313 espirituais, éticos, entre outros, é o elemento característico dessa nova
314 estrutura complexa, que demanda a interação dos saberes, ou seja, que
315 persegue conhecimentos inter e transdisciplinares. Assim sendo, o que é
316 complexo é o que é tecido junto. Portanto, transportando-se este pensar
317 complexo para o campo da ciência jurídica, é inevitável que para se elaborar
318 uma nova noção de ciência jurídica total, que possa servir para resolver os
319 problemas complexos, de uma sociedade complexa, deve-se abandonar o
320 reducionismo, que impede o conhecimento complexo e toma o fenômeno
321 apenas de forma fragmentada, sem se conhecer a realidade plena. Sem um
322 pensamento complexo, não será possível relacionar os diversos aspectos de
323 um problema. Não se compreenderá, portanto, o que Edgar Morin chama de o
324 “princípio do holograma”,⁴ pois a exemplo do que ocorre em um holograma,
325 uma pequena parte do objeto contém a totalidade do que está representado.
326 Em outras palavras, se não for por uma visão que aceite a complexidade, não
327 será possível alcançar a realidade plena do objeto/sujeito. Desse modo, ainda
328 que as alternativas clássicas não fiquem totalmente afastadas, segundo Morin
329 elas não são mais a única e nem a última palavra.⁵ O enfoque metodológico
330 fundado eminentemente no dogmatismo e na visão fragmentada do
331 conhecimento deve ser superado para que se possa construir uma proposta
332 voltada para o acolhimento de uma teoria da ciência jurídica globalizante ou
333 totalizante, que leva em consideração a existência de um mundo complexo. As
334 escolas dos Ministérios Públicos, nesse contexto, deverão transformar o
335 bacharel no profissional ideal, capaz de lidar com essa realidade complexa e
336 atuar promovendo justiça, daí o seu nome PROMOTOR DE JUSTIÇA. Há algo
337 de injusto nos concursos de seleção, pois os candidatos são avaliados sob a
338 exclusiva ótica da ciência jurídica, com todos os vícios e limitações já
339 apontadas. Porém, uma vez aprovados, quando se deparam com a dura
340 realidade da atuação profissional, do dia a dia inquietante, no qual as misérias
341 da natureza humana serão enfrentadas, terão que agir como sociólogos,
342 antropólogos, psicólogos ou assistentes sociais, para ficarmos apenas em
343 alguns poucos exemplos. Tantos profissionais reunidos em um só profissional.
344 Tanto conhecimento exigido de uma única pessoa, que nos remete a
345 lembrança do inigualável sábio italiano Giovanni Pico della Mirandola, que se
346 distinguiu pela extensão dos seus conhecimentos. Exige-se, desumanamente,
347 maturidade, equilíbrio emocional, aptidão, competência e conhecimentos que
348 ainda não foram adquiridos. Atuação complexa, para um mundo complexo.
349 Jules Romains já dizia: “Être un homme, c'est bien. Mais il y a encore mieux :
350 être humain.” As escolas, portanto, podem contribuir na formação desse
351 profissional ideal, que possui sensibilidade social e que agirá como um

³Id. **Educação na era planetária**. Disponível em

<<http://www.universodoconhecimento.com.br/edgardmorin.php>>. Acesso em: 30 mai 2007.

⁴MORIN, Edgard. **Educação na era planetária**. Disponível em:

<<http://www.universodoconhecimento.com.br/edgardmorin.php>>. Acesso em: 30 mai 2007

⁵ Id. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2006. p. 54.



Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil

352 transformador da sociedade, onde quer que ele atue. Nas comarcas mais
353 distantes dos grandes centros urbanos ou nas capitais. Preparado para agir,
354 será ele o propulsor de importantes mudanças e o promotor da justiça social.
355 Acredita-se francamente que é possível melhorar a formação dos membros do
356 Ministério Público, aperfeiçoando o processo de seleção, o curso de adaptação
357 à carreira, o vitaliciamento e instituindo a atuação constante dos
358 conhecimentos e práticas profissionais. O CDEMP, por ser um colegiado
359 formado por membros dos Ministérios Públicos, vocacionados para o
360 magistério, reúne a experiência necessária para sugerir e auxiliar na
361 implementação de mudanças que modernizem a nossa Instituição. Aos órgãos
362 responsáveis por definir os caminhos do Ministério Público, como o Conselho
363 Nacional do Ministério Público, o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais e
364 o Conselho Nacional de Corregedores-Gerais, nos colocamos a inteira
365 disposição para ajudar nesse projeto de modernização institucional. Para
366 finalizar, em nome da nova diretoria, agradeço o voto de confiança que nos foi
367 conferido, augurando que este mandato seja extremamente produtivo e que
368 possamos influir, de forma positiva, para o fortalecimento do Ministério Público
369 brasileiro”. Após o discurso, foram convidados o Dr. Maurício Kalache e a Dr^a.
370 Maria do Socorro Milhomem Monteiro, Presidente e Vice-Presidente,
371 respectivamente, das gestões 2009/2010, para serem homenageado para o
372 recebimento de placas honoríficas. Dr^a. Maria do Socorro Milhomem Monteiro
373 recebeu também a placa honorífica conferida pelo colegiado à Dr^a. Walkiria
374 Ruicir Danielski, Secretária-Geral do CDEMP, nas gestões 2009/2010 para
375 fazer chegar às mãos desta. Em seguida, foi concedida a palavra ao Dr.
376 Maurício Kalache que externou seus agradecimentos. Foi entoado o hino
377 acriano e, prosseguindo, o Presidente declarou encerrado os trabalhos às 21h.
378 Dando continuidade, aos 11 (onze) dias do mês de fevereiro de 2011, às
379 9h20min, na FEMPAC, deu-se sequência à reunião ordinária. O Presidente do
380 CDEMP informou que alguns colegas lhe encaminharam e-mail justificando sua
381 ausência nesta reunião, bem como parabenizando a nova diretoria pela posse.
382 Após, o Presidente do CDEMP solicitou ao Colegiado autorização para custear
383 as despesas de passagem aérea e hospedagem do Dr. Maurício Kalache, para
384 sua vinda ao Acre, haja vista que sua presença neste evento deveu-se em
385 razão de convite, o que foi autorizado pelo Colegiado que, do mesmo modo,
386 também, aprovou o custeio das placas de homenagens prestadas aos ex-
387 diretores, no ato de posse, bem como o almoço pago aos membros do CDEMP
388 no Restaurante Afa Bristô em Rio Branco-AC. Outrossim, o Colegiado aprovou
389 o custeio da passagem aérea do Dr. Sérgio Dário para a cidade de São Paulo,
390 com a finalidade de participar da posse do Dr. Mário Luiz Sarrubbo no cargo de
391 Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior
392 do MP-SP, a realizar-se em 18.02.11, sexta-feira, às 17 h., no auditório
393 “Queiroz Filho”, Edifício Campos Salles, rua do Riachuelo, 115, Centro, São
394 Paulo/SP, ficando acertado que o Dr. Sérgio Dário emitiria o bilhete aéreo e,
395 posteriormente, solicitaria o reembolso ao CDEMP. Na sequência, o Presidente
396 do CDEMP submeteu à deliberação o “debate sobre a moção do Conselho
397 Nacional de Ouvidores do Ministério Público acerca da criação de uma Escola
398 Nacional de Formação e Aperfeiçoamento do Ministério Público”. O Presidente
399 do CDEMP esclareceu que entrou em contato com a Dra. Valdéria do CEAF/RN
400 para discutir o assunto, já que a proposição partiu do Ouvidor do MPRN. Esta
401 indicou o nome do Dr. Erickson Girley Barros dos Santos – Promotor de
402 Justiça/Secretário Geral do CEAF/MP/RN, para comparecer nesta reunião,
403 porém o substituto indicado não pode comparecer por razões de ordem



Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil

404 pessoal, justificando a sua ausência. O Presidente do CDEMP pontuou que
405 houve, também, uma moção pelo Congresso Nacional Virtual do Ministério
406 Público pela criação da Escola Nacional de Formação e Aproveitamento do
407 Ministério Público. No âmbito do CNPG, segundo lhe noticiou o Dr. Sérgio
408 Dário que participou da última reunião daquele colegiado, realizada no Ceará,
409 igualmente houve uma proposição do Dr. Oswaldo Trigueiro, Procurador-Geral
410 de Justiça do MPPB e presidente do GNCOG, a favor da criação de uma
411 Escola de Inteligência para o GNCOG, que seria uma espécie de embrião da
412 Escola Nacional. Neste ponto, o Presidente do CDEMP encaminhou e-mail ao
413 Dr. Oswaldo Trigueiro colocando o CDEMP à disposição para debater o
414 assunto. O Dr. Oswaldo Trigueiro respondeu o e-mail justificando sua
415 impossibilidade de comparecimento nesta reunião tendo em vista compromisso
416 com o GNCOG, manifestando, assim, a intenção de discutir a instituição de
417 uma Escola Nacional. A Dra. Kátia Rejane observou que não tomou
418 conhecimento sobre o tema, mas buscará se inteirar junto ao Procurador-Geral
419 de Justiça do MPPB e indicou a data da reunião em João Pessoa, como sendo
420 adequada para o debate do tema. O Dr. Sérgio Dário esclareceu que a
421 proposta da criação de Escola de Inteligência surgiu no âmbito do CNPG por
422 proposição do Dr. Oswaldo Trigueiro, tendo o Dr. Olympio sugerido que a
423 proposição fosse encaminhada ao CDEMP. Quanto à proposta de moção dos
424 ouvidores, após os debates, ficou definido que o Presidente do CDEMP
425 buscaria maiores informações junto à Dra. Valdiria quanto à proposta
426 elaborada pelo Conselho Nacional dos Ouvidores. Além disso, a Dra. Kátia
427 Rejane ficou incumbida de coletar informações quanto à instituição de uma
428 Escola Nacional de Inteligência para posterior discussão pelo CDEMP junto ao
429 Procurador-Geral da Paraíba. Logo em seguida, o Presidente do CDEMP
430 submeteu à deliberação o “Debate sobre a inserção da disciplina Direito
431 Sanitário nos cursos de formação”. Neste aspecto, o Presidente informou que
432 encaminhou e-mail para o Dr. Marco Antônio, do Ministério Público do Paraná,
433 idealizador da proposta. Em resposta, o Dr. Marco Antônio afirmou a
434 importância da inclusão da disciplina Direito Sanitário para a instituição
435 ministerial. A Dra. Vera Nilva sugeriu o levantamento de temas prioritários para
436 inserção no curso de formação. A Dra. Sâmia Bonavides noticiou que chegou a
437 conversar com o Dr. Marco Antônio, um “expert” no Direito Sanitário, razão pela
438 qual idealizou a realização de um curso sobre Direito Sanitário a ser ministrado
439 em módulos no MPPR. A Dra. Vera Nilva sugeriu que este tópico seja discutido
440 na reunião do CDEMP apazada para junho, assim podendo ser coletadas
441 maiores informações sobre o tema em apreço. Por conseguinte, o Presidente
442 do CDEMP pontuou as seguintes propostas: 1º - formatação do plano do curso;
443 2º - comprometimento dos Ministérios Públicos em capacitar o Promotor com
444 atuação na área, que poderão replicar em seus Estados os conhecimentos
445 específicos; 3º - formatação de um módulo virtual à distância, com encontros
446 periódicos com o Promotor capacitado na área. A Dra. Sâmia Bonavides
447 sugeriu, ainda, que cada Estado encaminhe 2 (dois) Promotores de Justiça
448 para participação no curso sobre Direito Sanitário a ser ministrado no MPPR.
449 Além disso, informou a Dra. Sâmia Bonavides que está sendo estudada a
450 disponibilização na Internet de palestras a serem proferidas nos módulos do
451 curso. Por oportuno, a Dra. Vera Nilva suscitou discussão quanto à efetivação
452 de compensação financeira entre os Estados em virtude dos gastos com o
453 tratamento fora de domicílio, que recai sobre as cidades que atendem os
454 pacientes, o que também poderia ser objeto de debate no curso. Noutro
455 quadrante, o Presidente do CDEMP levantou a necessidade de discutir a



Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil

456 fixação de um conteúdo mínimo de disciplinas para a formação profissional do
457 membro do Ministério Público, tal como *media training* e gestão do Ministério
458 Público, inclusive já tendo havido proposta para a realização de um MBA em
459 gestão do Ministério Público a ser ministrado pela FGV. Neste particular, ficou
460 o Presidente do CDEMP encarregado de entrar em contato com o Dr. Eduardo
461 Abdon Moura, Procurador-Geral de Justiça de Goiás para tratar do assunto. A
462 Dra. Maria Socorro Milhomem acrescentou a inclusão de disciplinas como
463 Ética, Gestão e outras matérias especializadas que podem contribuir para a
464 formação do membro do Ministério Público, sugerindo que o CDEMP formate
465 este conteúdo mínimo. A Dra. Sâmia Bonavides declarou que encaminhará aos
466 membros do CDEMP tese defendida perante o Congresso Nacional do
467 Ministério Público delineando algumas propostas relacionadas a esse assunto.
468 Em suma, restou definido pelo Colegiado, em atenção à proposta de plano de
469 trabalho já aprovado por este Colegiado, que, na próxima reunião do CDEMP,
470 deverão ser carreadas sugestões quanto às disciplinas a serem ministradas em
471 curso de ingresso e vitaliciamento a ser formatado pelo CDEMP, como
472 sugestão aos Ministérios Públicos. Ficou, assim, pautado para a próxima
473 reunião o seguinte tópico: “formatação de um curso para ingresso e
474 vitaliciamento de membros do Ministério Público”, devendo cada Diretor
475 apresentar suas idéias para a formatação deste curso. Além da formatação do
476 curso, também serão discutidas questões relativas à frequência e avaliação.
477 Dando prosseguimento, o Presidente do CDEMP colocou em discussão o
478 “Parecer CNE/CES nº. 267/2010 (Normas transitórias para o credenciamento
479 especial de instituições não educacionais, nas modalidades presencial e à
480 distância, para a oferta de cursos de especialização)”. O Presidente do CDEMP
481 esclareceu que, em virtude da banalização de autorizações para cursos de
482 especialização à distância, adveio o parecer em tela, emitido pelo Conselho
483 Nacional de Educação, suspendendo o oferecimento de novas autorizações e
484 postergando os credenciamentos concedidos até então para oferta de cursos
485 de especialização por instituições não-educacionais, conforme documentação
486 encaminhada pela Conselheira do CNMP, Dra. Cláudia Chagas. No caso, tal
487 parecer poderia prejudicar muitas Escolas em razão da impossibilidade de
488 novos credenciamentos, suscitando a possibilidade de delinear uma estratégia
489 para reversão deste cenário em prol das Escolas do Ministério Público.
490 Intervalo às 10h50min. Retomados os trabalhos às 11h10min. A Dra. Sâmia
491 Bonavides recordou que, em evento nacional, o Professor Kazuo Watanabe
492 sugeriu ao CNJ a elaboração de norma visando regulamentar a mediação de
493 conflitos judiciais, que redundou na Resolução nº 125, do CNJ, assim
494 sugerindo que o CDEMP elabore uma proposta a ser encaminhada ao CNMP
495 com vistas à elaboração de norma sobre “Técnica de mediação de conflitos
496 envolvendo o Ministério Público e o poder público”. A proposta foi acolhida e
497 definida com item definido como ponto de pauta para a próxima reunião deste
498 colegiado. O Presidente do CDEMP, se reportando à reunião desta entidade
499 mantida em Natal/RN, lembrou que a representante do CNMP na ENASP, Dra.
500 Ana Rita, havia solicitado às Escolas que encaminhassem informações quanto
501 a conteúdos versando sobre cursos de capacitação relacionados ao Tribunal
502 do Júri, o que não foi feito até então. O Presidente do CDMP encaminhará e-
503 mail lembrando os Diretores de tal solicitação. Após, o Colegiado aprovou a
504 expedição de editais para processo de seleção para participação nos cursos de
505 Doutorado, nos mesmos moldes do anterior, decidindo inserir, apenas, no
506 edital que, após a seleção pela comissão, deverá o candidato ser submetido a
507 uma entrevista perante o CDEMP em reunião ordinária, como etapa do



Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil

508 processo de seleção. A título de “Assuntos Gerais”, a Dra. Sâmia Bonavides
509 esclareceu processo em trâmite no CNMP versando sobre a resolução de
510 estágio no âmbito MP-PR, no qual o CNMP decidiu que sejam cancelados os
511 estágios de pós-graduação “lato sensu”. O MPPR interpôs embargos
512 declaratórios, ainda pendente de julgamento perante o CNMP. O Dr. Sérgio
513 Dário solicitou que, ao ser encaminhado o pedido de retificação das atas, já
514 conste o assunto no e-mail, a fim de facilitar o trabalho. A Dra. Vera Nilva
515 sugeriu a confecção de um vídeo institucional narrando a história do CDEMP, o
516 que foi acolhido pelo Colegiado. O Dr. Sérgio Dário agradeceu a acolhida, se
517 colocando à disposição. O Presidente do CDEMP agradeceu a presença de
518 todos e declarou encerrada a reunião às 12h., Do que para constar, eu, Sérgio
519 Dário Machado _____, Secretário “ad hoc”, contando com auxílio na
520 redação, do Vice-Diretor da FEMPAC, já mencionado, lavrei a presente ATA
521 que, depois de lida e aprovada, vai assinada por mim e pelo presidente.

Danilo Lovisaro do Nascimento
Presidente do CDEMP

Sérgio Dário Machado
Secretário “ad hoc”